

CANDIDATO E PARTIDO: UMA ANÁLISE DO INCUMBENT NAS REGIÕES BRASILEIRAS (2000-2012)

Guillermo Stefano Rosa Gómez¹; Alvaro Augusto de Borba Barreto ²

¹Universidade Federal de Pelotas- guillermorosagomez@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – albarret.sul@terra.com.br

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é centrada no estudo das eleições municipais no período de 2000 a 2012 – quatro pleitos –, mais especificamente na análise da influência do *incumbent* (o peso do candidato) em confronto com o do partido, buscando analisar qual o impacto na reeleição quando o partido possui ou não o *incumbent*. Precisamente, neste recorte, atentamos para uma peculiaridade desse fenômeno, a verificamos do modo como ele se apresenta acordo com as regiões do país.

A análise se configura como uma questão proposta por um diálogo recorrente na Ciência Política, que é a discussão do papel dos partidos na sociedade e qual o seu grau de representação e de legitimação por meio desta. A principal articulação no caso do *incumbent*, é pensar em termos do confronto entre o voto personalista e o voto em legenda.

A literatura da Ciência Política apresenta os partidos como institucionalmente fracos, que não apresentam laços fortes com a sociedade civil – o que levaria a um desprestígio do voto em legenda, por exemplo – além de serem excessivamente regionalizados. Esse cenário é o do partido *catch-all*, aquele que disputa eleições apenas para seus próprios interesses de conquistar cargos públicos; que compõe suas falas em temas “que possam muito remotamente encontrar resistências por parte da comunidade” (KIRCHHEIMER, 2012, p.5), buscando o eleitor desatento, desinteressado pela política seu alvo principal, e que, ao não identificar-se com nenhum grande grupo social, procura receber votos de todos. Este tipo de partido obviamente não exige laços entre eleitorado e legenda, desta maneira é feita a abertura para um processo não programático e personalista. Esta posição sustentada por teóricos respeitados, e, também, confirmada pelo senso comum, construído a partir da grande mídia.

O estudo crítico de um processo de reeleição deve levar em conta algumas peculiaridades do sistema partidário/electoral brasileiro, que atuam como pano de fundo do fenômeno do *incumbent*. A primeira é o *monopólio partidário da participação política*, ou seja, mesmo que uma grande figura queira se lançar a uma disputa, ela necessita fazer isto por meio de um partido mesmo que este tenha apenas um papel instrumental (e a pesquisa busca compreender o caráter desse papel) na eleição. A segunda é a restrição de apenas um candidato por partido a ser lançado em uma eleição majoritária (distritos uninominais). A terceira característica é a associação de diversas legendas para lançarem um mesmo candidato, chamada de coligação, o que traz também um enfraquecimento do sentido do partido. A quarta é a possibilidade de troca de legenda, a forma como diferentes candidatos têm a possibilidade de trocar de partido sem muitos empecilhos legais, como a perda de mandato ou inelegibilidade momentânea. Por fim, a reeleição imediata, a possibilidade de um titular disputar novamente um único cargo logo após ter desempenhado um mandato. Dessa forma se

problematiza mais a questão do *incumbent* versus partido e sua influência nas eleições.

METODOLOGIA:

Analisamos os resultados de eleições municipais brasileiras no período de 2000 a 2012, utilizando como base a pesquisa no banco de dados online do Tribunal Superior Eleitoral, além da complementação das informações de outras fontes, principalmente jornais.

Para a segunda fase, de enriquecimento dos dados, como a da população dos municípios, utilizou-se o site do IBGE. A investigação está centrada em conhecer a quantidade de eleitores registrados por município; evidenciar a divisão dos municípios por região do país; identificar o Prefeito eleito, seus competidores e suas respectivas legendas e/ou coligações além do bloco ideológico do partido vencedor.

A coleta dos dados possibilitou a classificação dos mesmos, nas seguintes alternativas: a) o partido e prefeito em um pleito concorrem unidos a reeleição; b) partido e prefeito eleitos em um pleito são competidores distintos na tentativa de reeleição; c) partido eleito em um pleito concorre à reeleição, mas o *incumbent* não participa da eleição; d) partido eleito participa da eleição, o *incumbent* não, mas apresenta um para sucedê-lo que não é candidato pelo partido pelo qual se elegeu originalmente.

Após a coleta e organização destes dados, existe uma segunda classificação sob três variáveis relacionadas ao tipo de município em que ocorrem as disputas e/ou partidos em questão: a) região onde se localizam os municípios; b) tamanho dos municípios, distinguindo-os por pequenos, médios e grandes; c) bloco ideológico do partido: esquerda, centro e direita.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Aqui estão apresentadas algumas tabelas que sintetizam os dados em diferentes situações, atentando para a divisão em regiões:

Tabela 1 – Decisão tomada no pleito seguinte pelo partido que elegeu o prefeito (Brasil, 2000-2012) por região, em percentual

Decisão	Norte	C-Oeste	Nordeste	Sudeste	Sul	Geral
Não concorre	8,1	7,8	11,1	6,8	4,9	7,9
Lança candidato próprio	53,3	55,2	56,6	64,2	68,0	61,0
Apoia outro candidato	38,6	37,1	32,3	29,0	27,1	31,1
Total	(1.769)	(1.816)	(7.059)	(6.640)	(4.696)	(21.980)

Fonte: TSE

Tabela 2 – Decisão tomada no pleito seguinte pelo partido que elegeu o prefeito quando não conta com o *incumbent* por região (Brasil, 2000-2012), em percentual

Decisão	Norte	C-Oeste	Nordeste	Sudeste	Sul	Total
Não concorre	12,2	13,2	19,1	12,8	8,8	12,8
Lança candidato	29,9	37,2	38,1	41,1	48,7	37,0
Apoia outro	57,9	63,1	55,6	54,5	49,1	50,2
Total	1.179	1.066	4.104	3.535	2.597	13.614

Fonte: TSE

Tabela 3 – Decisão tomada no pleito seguinte pelo partido que elegeu o prefeito quando não conta com o *incumbent*, em comparação à quando não há *incumbent* no pleito (Brasil, 2000-2012), em percentual

Decisão	Não há incumbent						Não é o partido do incumbent					
	NO	CO	NE	SD	Sul	Tot.	NO	CO	NE	SD	Sul	Tot.
Não concorre	10,9	10,9	12,4	10,4	6,1	10,1	15,0	13,5	27,6	17,8	20,1	21,5
Lança candidato	36,0	38,1	42,0	43,0	51,0	43,5	16,9	18,2	14,4	16,0	16,0	18,4
Apoia outro	53,1	50,9	45,6	46,6	42,9	46,3	68,1	68,3	58,0	66,2	63,9	62,8
Total	800	886	3.255	3.113	2.350	10.404	379	325	1.370	718	418	3.210

Fonte: TSE

Tabela 4 – Resultado obtido no pleito seguinte pelo partido que elegeu o prefeito ao contar ou não com o *incumbent* por região (Brasil, 2000-2012), em percentual

Resultado	Com incumbent						Sem incumbent					
	NO	CO	NE	SD	Sul	Tot.	NO	CO	NE	SD	Sul	Tot.
Vitória	55,8	55,6	64,5	59,1	65,1	61,6	37,4	39,2	48,6	39,6	44,5	43,3
Derrota	44,2	44,4	35,5	40,9	34,9	38,4	63,7	60,8	51,4	60,4	55,5	56,7
Total	728	750	2.955	3.105	2.099	9.637	887	925	3.322	3.083	2.369	10.596

Fonte: TSE

As primeiras três tabelas esboçam as ações das legendas partidárias de acordo com a situacionalidade do pleito. Já a tabela 4 apresenta quais os percentuais de resultados em cada um dos casos.

Comparando as tabelas 1 e 2, o principal resultado diz respeito à ação do partido quando perde o *incumbent*, ao invés de seguir a estratégia de lançar um candidato próprio, com predominância dos municípios do Sul (68%) e Sudeste (64,2%) os índices caem quando ele perde seu candidato (48%) e (41%) respectivamente, e aumentam o potencial de coligações, tomando como exemplo a região Norte, com maior percentual de coalizões na tabela 1 (38,6%), aumenta para 57,9% (tabela 2) quanto não conta com o *incumbent*.

A tabela 3 apresenta um dado bem claro, quando não há *incumbent* na disputa, o poder de decisão dos partidos é maior, eles se mostram tanto propensos a apoiar outro candidato como a lançar um próprio. Na mesma tabela, quando o *incumbent* está na disputa e não pertence à legenda, os números já mudam, e os partidos preferem apoiar uma coligação do que se arriscar a lançar um nome próprio.

A tabela 4 demonstra novamente a importância de a legenda deter o *incumbent* ou não. Em geral, os partidos que se lançam à reeleição com o candidato eleito no pleito anterior têm mais possibilidades de saírem vitoriosos (61%), já quando o perdem os resultados ficam mais diluídos, mas apontados para mais derrotas (56%) do que vitórias (43%).

CONCLUSÕES:

Ao analisarmos os resultados apresentados é possível perceber uma similaridade no comportamento dos partidos mediante situações semelhantes, e ainda, refletem uma certa dependência do partido, com pretensão de lançar candidato, em relação ao *incumbent*, pois os percentuais apontam para uma possibilidade maior de vitória com a sua presença.

Em um primeiro momento, é possível dizer que o *incumbent* detém mais força do que o partido na disputa e que este depende da sua candidatura para conseguir obter a vitória no pleito. Assim, tal aspecto corroboraria com as correntes que afirmam uma fragilidade programática e ideológica dos partidos.

Apesar de variadas linhas de que tentam explicar por onde é que se concentra o problema, demonstram uma fragilidade dos partidos e outra

demonstrando a força dos partidos como FIGUEIREDO e LIMONGI (1999); e GUARNIERI (2010); e também afirmando que os partidos são fortes nos processos legislativos e fracos nos eleitorais como PEREIRA e MUELLER (2002 e 2003).

O presente trabalho mostra-se importante para fornecer mais uma ferramenta para analisar o cenário político brasileiro no que diz respeito ao sistema partidário, de identificação do eleitorado com partidos e da força dos mesmos nos pleitos eleitorais. Nas tabelas apresentadas pode-se perceber a preferência por uma eleição “personalista” através da análise estatística, geralmente a figura carismática do candidato, eleito em um primeiro pleito consegue mobilizar o eleitorado a votar em sua figura independente do partido ao qual pertence.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- CARDARELLO, Antonio. **La Reelección inmediata del ejecutivo a nivel subnacional. Un estudio de tres casos.** 2009. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- FIGUEIREDO, A; LIMONGI, F. Partidos políticos na Câmara dos Deputados: 1989-1994. **Dados**, Rio de Janeiro, v.38, n.3, 1995.
- GUARNIERI, F. A Força dos partidos "fracos". **Dados**, Rio de Janeiro, v.54, n.1, 2011.
- KIRCHHEIMER, Otto. A Transformação dos Sistemas Partidários da Europa Ocidental. **Revista Brasileira de Ciência Política – RBCP**, Brasília, n.7, jan.-abr. 2012.
- MAINWARING, Scott. **Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil.** Porto Alegre; Rio de Janeiro: Mercado Aberto;Fundação Getúlio Vargas, 2001.
- PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral. **Dados**, Rio de Janeiro, v.46, n.4, 2003.
- SARTORI, Giovanni. **Engenharia constitucional.** Brasília: UnB, 1996.